

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

LIRA ALIMENTOS INDÚSTRIA E
COMÉRCIO LTDA.

LIRA & KAMAROWSKI COMÉRCIO
ATACADISTA E IMPORTADORA DE
ALIMENTOS LTDA.

PREÂMBULO

LIRA ALIMENTOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 24.568.296/0001-00 e LIRA & KAMAROWSKI COMERCIO ATACADISTA E IMPORTADORA DE ALIMENTOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 32.216.536/0001-35, ambas com principal estabelecimento e centro de comando empresarial à Rua João Cardoso de Siqueira Primo, 65, Conj. 21 – 22, Vila Hélio, Mogi das Cruzes/SP, CEP 8710-530

A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Art. 47, Lei n. 11.101/2005

1. DEFINIÇÕES TERMINOLÓGICAS E REGRAS DE INTERPRETAÇÃO

Os termos utilizados em letras maiúsculas, sempre que descritos neste Plano, terão os significados que lhes são atribuídos, conforme é apresentado a seguir:

- “**RECUPERANDA**” ou “**GRUPO LIRA**” – LIRA ALIMENTOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 24.568.296/0001-00 e LIRA & KAMAROWSKI COMERCIO ATACADISTA E IMPORTADORA DE ALIMENTOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 32.216.536/0001-35, ambas com principal estabelecimento e centro de comando empresarial à Rua João Cardoso de Siqueira Primo, 65, Conj. 21 – 22, Vila Hélio, Mogi das Cruzes/SP, CEP 8710-530.
- “**ADMINISTRADORA JUDICIAL**” – Conforme nomeação pelo Juízo da Recuperação Judicial, foi nomeada ao encargo a MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS, representada pelo Dr. Júlio Matuch de Carvalho, inscrito na OAB/RJ sob nº 98885, comendereço na COMERCIAL - AVENIDA ANGÉLICA , 1761 - CJ 42, CONSOLAÇÃO -SÃO PAULO - SP - CEP 01227200, , telefone (21)2544-0989, com endereço eletrônico: e-mail mcaa@mcaa.adv.
- “**APROVAÇÃO DO PLANO**” – Significa a aprovação do Plano na Assembleia de Credores na data estipulada ou a ausência de objeções ao Plano de Recuperação Judicial durante o prazo de 30 (trinta) dias da publicação do edital de que trata o art. 52, parágrafo único, da Lei n.º 11.101/05.

- “ASSEMBLEIA GERAL DE CREDITORES” ou sigla “AGC” – Assembleia formada nos termos do Capítulo II, Seção IV, da Lei 11.101/05 a qual é composta pelos credores relacionados no art. 41.
- “CRÉDITOS SUJEITOS” – Significa os créditos detidos pelos Credores submetidos à Recuperação Judicial que serão novados e pagos conforme disposição aplicável deste Plano;
- “CRÉDITOS EXTRAJUDICIAIS” – Significam os créditos de credores que se enquadram nas definições do art. 67 e art. 84, da Lei de Recuperação e Falência, os quais não se sujeitam aos efeitos da Recuperação Judicial e do Plano de Recuperação;
- “CREDITORES” – Abrange todos os credores independente de sua Classe.
- “CRÉDITOS SUJEITOS” E “CRÉDITOS NÃO SUJEITOS” – Conforme o art. 49 da Lei 11.101/05 estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos. Ficam excluídos, portanto, “Não Sujeitos”, os créditos extrajudiciais e créditos fiscais, descritos no art. 49, §§ 3º, 4º e 7º.
- “CREDITORES DA CLASSE I” – Significam titulares de créditos (definidos no Capítulo II, Seção IV, Art. 41 da LRE) derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho.
- “CREDITORES DA CLASSE II” – Significam titulares de créditos (definidos no Capítulo II, Seção IV, Art. 41 da LRE) com garantia real.
- “CREDITORES DA CLASSE III” – Significam titulares de créditos (definidos no Capítulo II, Seção IV, Art. 41 da LRE) quirografário, com privilégio

especial, privilégio geral ou subordinados.

- **“CREDORES DA CLASSE IV”** – Significam titulares de créditos (definidos no Capítulo II, Seção IV, Art. 41 da LRE, incluído pela Lei Complementar nº147, de 2014) enquadrados como microempresas ou empresa de pequeno porte.
- **“HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO PLANO”** – significa a decisão judicial proferida pelo Juízo da Recuperação, concedida nos termos do art. 58 da LRE.
- **“JUÍZO DA RECUPERAÇÃO”** – Juízo da 1ª Vara Regional De Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem do Foro Especializado da 1ª RAJ da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- **“PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL”, “PLANO”** ou a sigla **“PRJ”** – documento apresentado nas conformidades do art. 53 da LRE.
- **“QUADRO GERAL DE CREDORES”** ou a sigla **“QGC”** – significa a relação de credores consolidado e homologado conforme o art. 18 da LRE.
- **“RECUPERAÇÃO JUDICIAL”** ou a sigla **“RJ”** – Processo de Recuperação Judicial sob o nº 1002018-70.2023.8.26.0260, em trâmite perante a C. 1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem do Foro Especializado da 1ª RAJ da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS

2.1. OBJETIVOS DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em cumprimento ao Art. 53 da Lei 11.101/05 o Plano de Recuperação Judicial é apresentado aos credores 60 (sessenta) dias após o deferimento do Pedido da Recuperação. Este documento tem como objetivos principais:

- PRESERVAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA E SOCIAL: demonstrar e garantir a sobrevivência do GRUPO LIRA como fonte geradora de empregos e renda, tributos e riquezas.
- CAUSAS DA CRISE: explicar e compreender as origens concretas da crise econômica e financeira que atinge o GRUPO LIRA e que a levaram a solicitar o auxílio da Recuperação Judicial.
- INTERESSE DOS CREDORES: atender aos interesses dos credores no que tange a liquidação dos créditos sujeitos, conforme os meios de pagamentos estabelecidos neste Plano.
- REVERSÃO DA CRISE ECONÔMICA E FINANCEIRA: permitir a suspensão do estado de crise vivenciado pelas RECUPERANDAS, através da reestruturação do fluxo de caixa e do seu resultado econômico, além de viabilizar as empresas e promover a geração de caixa a serviço do pagamento da dívida concursal e extraconcursal.
- REESTRUTURAÇÃO OPERACIONAL: demonstrar os meios a serem utilizados para reorganização das atividades operacionais com objetivo de maximizar a rentabilidade do negócio, através da execução do Plano de Melhorias Operacionais.
- VIABILIDADE DA RECUPERANDA: apresentar as premissas, meios e

formas de viabilização das RECUPERANDAS.

A Lei n. 11.101/2005 traz em seu art. 47 a essência da recuperação judicial de empresas, ou seja, visa à manutenção do negócio e do emprego dos trabalhadores, bem como o pagamento dos créditos devidos.

Assim, nos termos do art. 53, da referida Lei as empresas LIRA ALIMENTOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e LIRA & KAMAROWSKI COMERCIO ATACADISTA E IMPORTADORA DE ALIMENTOS LTDA., vêm por meio do presente instrumento, apresentar seu Plano de Recuperação Judicial, elaborado com estrita observância do espírito norteador da Lei de Recuperação de Empresas, visando buscar um direcionamento e ponto comum entre a relevante função social do GRUPO LIRA e os interesses dos seus credores, convergindo desta forma no espírito principal da Lei.

O Plano de Recuperação Judicial é apresentado com todas as premissas aplicadas para a sua construção, incluindo a projeção de resultados e fluxo de caixa para os próximos exercícios, o que permite uma visualização clara e objetiva do desempenho econômico-financeiro durante a sua vigência, e conseqüentemente, sua viabilidade e capacidade de pagamento a seus credores.

2.1. BREVE HISTÓRICO DAS EMPRESAS E RAZÕES DA CRISE

Fundadas respectivamente nos anos de 2016 e 2018, a LIRA ALIMENTOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO e a LIRA & KAMAROWSKI COMÉRCIO ATACADISTA E IMPORTADORA DE ALIMENTOS atuam no mercado de comercialização de charque.



A sócia CLÁUDIA LIRA tem experiência de mais de três décadas no mercado varejista, atuando na transação comercial de feijão e açúcar nas regiões da Grande Recife (PE) e Feira de Santana (BA).

A SRA. CLÁUDIA iniciou a atuação no mercado de charque, com parcerias em fábricas de São Paulo.

Os negócios prosperaram e decidiu abrir sua própria empresa.

A pequena produtora de charque, que inicialmente somente atendia clientes fixos, conquistou o mercado nos estados de Alagoas, Bahia, São Paulo e Minas Gerais, gerando mais de 600 (seiscentos) empregos.



Em razão da qualidade dos produtos e profissionalismo, em pouco tempo a empresa atingiu a marca de 700 (setecentas) toneladas/mês, fluxo de caixa adequado, margens mais expressas e alta competitividade no setor extremamente concorrido e com grandes *players*.

Atualmente, o GRUPO LIRA se coloca em referência no mercado não apenas pela qualidade de seu produto, mas, também, pelo respeito com que trata seus funcionários, colaboradores, clientes e fornecedores.

Inclusive, no ano de 2019 o GRUPO LIRA foi destaque no evento SUPERMIX, um dos mais famosos do segmento, realizado no Centro de Convenções de Olinda, no Estado do Pernambuco.



O GRUPO LIRA conta com aproximadamente 3 mil clientes ativos, entre os de pequeno, médio e grande portes, do varejo e atacado, não apenas na região Nordeste, mas, também, Sudeste e Centro-Oeste.

AS RECUPERANDAS sempre atuaram com extremo cuidado na manipulação de seus produtos, sem nunca receber uma autuação sequer dos órgãos sanitários.

No entanto, no mês de dezembro de 2022, as RECUPERANDAS foram surpreendidas com uma série de devolução de mercadorias adquiridas por seus clientes, que sinalizaram má qualidade dos produtos que chegavam às prateleiras.

Diante do ocorrido, as RECUPERANDAS imediatamente recolheram os produtos, assumindo todo o prejuízo de seus clientes.

O referido lote passou por uma rigorosa auditoria e exames de qualidade técnica, que identificaram a decomposição do produto, mas não a origem do problema.

Ao longo dos meses de dezembro de 2022, janeiro, fevereiro e março de 2023, foram quase 400 (quatrocentas) toneladas de carne devolvidas pelos clientes, que alegavam que o produto chegava aos centros de distribuição com mau-cheiro e coloração adulterada.

Mesmo sabendo que não havia qualquer vício no processo de produção, as RECUPERANDAS optaram por assumir todo o prejuízo de seus clientes, recolhendo seus produtos do mercado, repactuando os contratos e recolocando toda carga que havia sido devolvida.

A consequência do ocorrido foi um prejuízo de aproximadamente 30 milhões de reais, vez que as RECUPERANDAS tiveram que assumir a matéria-prima para toda a reposição do produto, bem como arcar com custos de retirada do produto estragado, entrega da mercadoria substituída, mão-de-obra replicada e toda a carga tributária.

Após análise do ocorrido, constatou-se que um grupo de funcionários, responsáveis pelo transporte, agindo de má-fé, deteriorou o produto ao longo do trajeto, o que resultou na entrega de mercadoria imprópria para o consumo.

Os responsáveis foram identificados e os fatos devem ser apurados em esfera própria, inclusive no âmbito criminal.

O prejuízo econômico, por outro lado, foi severo e resultou em grave prejuízo ao caixa das RECUPERANDAS, que passaram a não conseguir honrar com seus compromissos financeiros.

Há de se pontuar que as RECUPERANDAS empreenderam esforços para negociar com fornecedores, clientes, instituições financeiras e fundos de investimentos, mas já não detinham mais fôlego para manter a operação com os pedidos mensais e, ao mesmo tempo, arcar com os empréstimos e linhas de crédito que foram obrigadas a tomar para conseguir se reerguer no mercado sem manchar a marca perante seus clientes.

Aliado a isso, as RECUPERANDAS ainda sofrem com os efeitos nefastos da pandemia da COVID-19 que, no seu ápice, se viram obrigadas a se socorrerem de reservas financeiras, bem para se manterem em atividade.

O setor das RECUPERANDAS foi duramente afetado o que, inclusive, ocasionou o encerramento das atividades de dezenas de empresas e no fechamento de milhares de postos de trabalho.



Diante do cenário acima narrado, as RECUPERANDAS se viram obrigadas a captar fundos junto a instituições financeiras e fomentadoras de recursos, o que prejudicou sobremaneira seu fluxo de caixa, resultando em um endividamento no importe de 35 milhões de reais.

As RECUPERANDAS, vislumbrando a crise financeira iminente, já iniciaram tratativas de composição de suas dívidas junto aos seus credores, todavia, enfrentam dificuldades em razão das inúmeras ameaças de execução de títulos e negativação de débitos, além de sinalizações de possíveis ajuizamentos de pedidos de falência.

Diante da possibilidade de ser obrigada a encerrar bruscamente as atividades, extinguindo mais de 350 (trezentos e cinquenta) empregos diretos e 250 (duzentos e cinquenta indiretos), não restou alternativa senão o socorro legal.

3. DA VIABILIDADE ECONÔMICA DO GRUPO LIRA

Expostos os motivos da reversível crise econômica do GRUPO LIRA, passa-se a mostrar a sua viabilidade, especialmente do ponto de vista mercadológico, para, depois, expor a estratégia de recuperação, que dará continuidade às empresas, mantendo assim, uma grandeza no que diz respeito a empregos diretos e indiretos, a fonte geradora de tributos, o equilíbrio da economia local, dentre outros aspectos que melhor serão analisados no momento oportuno.

3.1. MEDIDAS E OBJETIVOS BÁSICOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Este plano de recuperação judicial tem como objetivo a reestruturação econômico-financeira das EMPRESAS LIRA ALIMENTOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e LIRA & KAMAROWSKI COMÉRCIO ATACADISTA E IMPORTADORA DE ALIMENTOS LTDA., com o propósito de:

1. Preservar a viabilidade operacional das empresas.
2. Manter a continuidade das atividades empresariais.
3. Assegurar o pagamento dos credores.
4. Proteger os empregos dos funcionários e gerar crescimento sustentável.

3.2. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

A capacidade produtiva atual do GRUPO LIRA é de 220 toneladas/mês, com potencial para atingir 350 toneladas/mês.

O mercado alvo inclui pequenos e médios comerciantes, garantindo demanda constante e reduzindo sazonalidade.

Os principais fatores que levaram à crise financeira são:

- Aumento dos custos de produção devido a oscilação do preço da carne.
- Problemas com devoluções em março de 2023.
- Sazonalidade, impactando o fluxo de caixa.
- Endividamento elevado, ocasionado principalmente pelos problemas de devoluções no ano de 2023.

3.3. ANÁLISE FINANCEIRA E PROJEÇÕES

A situação atual das empresas revela um EBITDA negativo e margens operacionais de abaixo do necessário para geração de caixa.

As projeções financeiras mostram que, após a reestruturação, o EBITDA ficará em 5% no primeiro ano e nos anos seguintes ficará acima de 8% garantindo assim a condição para normalidade do caixa da empresa.

As projeções de fluxo de caixa contemplam atividades operacionais, investimentos mínimos e renegociação de dívidas com carência inicial de 30 meses.

4. DA REESTRUTURAÇÃO DA EMPRESA (Art. 53, I da LRE)

4.1. PREMISSAS BÁSICAS

A recuperação do GRUPO LIRA tem como premissa maior trabalhar e aperfeiçoar a eficácia operacional da empresa, com o fito de pagar seus credores, o que se traduz em prover resultado suficiente, ao longo dos anos, para quitar com a integralidade de suas obrigações.

Assim, o meio de recuperação do GRUPO LIRA será elaborar uma estratégia empresarial que melhore sua eficácia operacional, objetivando, assim, ser viável e gerar caixa, como premissa básica de valer a pena o esforço de todos, credores, empregados, Poder Judiciário e a sociedade em geral, dentro da Recuperação Judicial.

A recuperação do GRUPO LIRA tem como princípio trabalhar e aprimorar a eficácia operacional das empresas para pagamento dos credores através da geração de caixa.

Assim, a Recuperação do GRUPO LIRA atenderá todos os requisitos legais e, especialmente, aqueles previstos no artigo 50, da LRE, abaixo transcrito:

Art. 50. Constituem meios de recuperação judicial, observada a legislação pertinente a cada caso, dentre outros:

I – concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas ou vincendas;

II – cisão, incorporação, fusão ou transformação de sociedade, constituição de subsidiária integral, ou cessão de cotas ou ações, respeitados os direitos dos sócios, nos termos da legislação vigente;

III – alteração do controle societário;

IV – substituição total ou parcial dos administradores do devedor ou modificação de seus órgãos administrativos;

V – concessão aos credores de direito de eleição em separado de administradores e de poder de veto em relação às matérias que o plano especificar;

VI – aumento de capital social;

VII – trespasse ou arrendamento de estabelecimento, inclusive à sociedade constituída pelos próprios empregados;

VIII – redução salarial, compensação de horários e redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva;

IX – dação em pagamento ou novação de dívidas do passivo, com ou sem constituição de garantia própria ou de terceiro;

X – constituição de sociedade de credores;

XI – venda parcial dos bens;

XII – equalização de encargos financeiros relativos a débitos de qualquer natureza, tendo como termo inicial a data da distribuição do pedido de recuperação judicial,

aplicando-se inclusive aos contratos de crédito rural, sem prejuízo do disposto em legislação específica;

XIII – usufruto da empresa;

XIV – administração compartilhada;

XV – emissão de valores mobiliários;

XVI – constituição de sociedade de propósito específico para adjudicar, em pagamento dos créditos, os ativos do devedor.

XVII - conversão de dívida em capital social;

XVIII - venda integral da devedora, desde que garantidas aos credores não submetidos ou não aderentes condições, no mínimo, equivalentes àquelas que teriam na falência, hipótese em que será, para todos os fins, considerada unidade produtiva isolada.

Se destacar que o artigo 50, da LRE não exaure os meios de recuperação do GRUPO LIRA, visto que o plano operacional inclui as seguintes ações:

- Otimização de processos produtivos e redução de custos, com a implementação da metodologia Lean Manufacturing.
- Automação da linha de produção para aumentar a eficiência e reduzir desperdícios.
- Implantação de modelo de gestão com objetivo de melhorar a Performance do negócio.
- Revisão de contratos de fornecimento e diversificação de fornecedores.
- Redução de aproximadamente R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) de despesas em todos os setores da empresa.

Além da renegociação de passivos, o GRUPO LIRA buscará:

a. Linha de Crédito Emergencial

- **Objetivo:** Reforço de capital de giro via DIP.
- **Montante Alvo:** R\$ 1,5 milhões.

b. Linha de Crédito visando o fomento do negócio

- **Objetivo:** Gerar caixa imediato.
- **Valor Estimado:** R\$ 4 milhões.

O plano inclui estratégias para mitigação de riscos financeiros e operacionais:

- **Risco de Mercado:** Implementação de contratos futuros para compra de carne e flutuações de preços.
- **Diversificação de Fornecedores:** Reduzir dependência de poucos fornecedores.
- **Implantação de boas práticas de Gestão:** Implantação de modelo de gestão com aplicação de turnaround para melhor gestão do resultado operacional do negócio.

Assim, neste PLANO, serão apresentados os meios de reestruturação e recuperação, em conjunto, cumprindo na íntegra o espírito norteador da Lei 11.101/05, equilibrando os interesses dos sócios, dos credores e da sociedade em geral.

5. SITUAÇÃO PATRIMONIAL E DE LIQUIDEZ

O Laudo de Avaliação de Ativos anexo, que cumpre o artigo 53, III da Lei 11.101/05 demonstra a atual situação patrimonial da empresa que, frente ao seu passivo, comprova a reversibilidade do momento de crise.

6. DO PAGAMENTO AOS CREDORES

As dívidas serão organizadas conforme as classes de credores, respeitando a natureza de cada uma.

6.1. CREDITORES TRABALHISTAS

O pagamento dos credores desta classe, sem deságio, é uma prioridade e será realizado em até 12 (doze) meses, cujas parcelas serão corrigidas monetariamente pelo índice do IPCA.

Os ativos do Grupo Lira poderão ser alienados para pagamento.

O credor deverá informar com 30 (trinta) dias de antecedência seus dados bancários para ter direito ao da parcela, mediante envio de Carta Registrada ao principal estabelecimento do Grupo Lira.

6.2. CREDITORES COM GARANTIA REAL, QUIROGRAFÁRIOS E ENQUADRADOS COMO MICROEMPRESA (ME) E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

A forma de pagamento para os credores com **GARANTIA REAL, QUIROGRAFÁRIOS e ENQUADRADOS COMO MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE** será idêntico, motivo pelo qual tratar-se-á do pagamento destes credores em uma única cláusula, mediante as seguintes premissas:

- **Deságio Proposto:** 85% (oitenta cinco por cento) do valor da dívida.
- **Condições de Pagamento:**
 - **Carência:** carência total de 30 (trinta) meses para o início dos pagamentos, contada a partir da data da publicação da decisão que homologar o Plano de Recuperação Judicial.
 - **Prazo de Pagamento:** 96 (noventa seis) meses - oito anos - com parcelas mensais.
 - **Correção e Taxa de Juros:** Os valores serão corrigidos a 1% (um por cento) ao mês pela taxa TIR e juros de 2% (dois por cento) ao ano desde a data da publicação da decisão que homologar o Plano de Recuperação Judicial.
- **Plano de Acompanhamento:**
 - Relatórios trimestrais aos credores.
 - Auditorias periódicas para assegurar conformidade com o plano.

O credor deverá informar com 30 (trinta) dias de antecedência seus dados bancários para ter direito ao da parcela, mediante envio de Carta Registrada ao principal estabelecimento do Grupo Lira.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- EFEITOS DO PLANO: as disposições deste Plano de Recuperação Judicial vincula o GRUPO LIRA, seus credores e seus respectivoscessionários e sucessores, a partir da data de sua homologação;
- PROTESTOS: a homologação do Plano de Recuperação Judicial acarretará:
 - o O cancelamento de todo e qualquer protesto de título emitido contra o GRUPO LIRA, que tenha dado origem a qualquer Crédito sujeito aos efeitos da Recuperação Judicial; e
 - o A exclusão definitiva do registro do nome do GRUPO LIRA nos órgãos de proteção ao crédito.
- AÇÕES JUDICIAIS: a aprovação do Plano de Recuperação Judicial acarretará a extinção de todas as execuções promovidas contra a o GRUPO LIRA e coobrigados (avalistas, fiadores, entre outros);
- NOVAÇÃO: todos os créditos sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial são novados por este Plano de Recuperação Judicial aprovado. Por conta da referida novação, todas as obrigações, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, multas, bem como outras obrigações e garantias que sejam incompatíveis com as condições deste Plano de Recuperação Judicial aprovado e seus respectivos anexos deixarão de ser aplicáveis.
- ANUÊNCIA DOS CREDITORES: os Credores têm plena ciência de que os prazos, termos e condições de satisfação de seus créditos são alterados por este Plano de Recuperação Judicial. Os credores, no

exercício de sua autonomia da vontade, declaram que concordam expressamente com as referidas alterações, nos termos previstos no mesmo;

- **MAJORAÇÕES NOS VALORES DOS CRÉDITOS:** na hipótese de se verificar eventual majoração no valor de qualquer crédito decorrente de decisão judicial ou acordo entre as partes, o valor majorado do crédito será pago na forma prevista neste Plano de Recuperação Judicial. Neste caso, as regras de pagamento do valor majorado de tais créditos, notadamente quanto à incidência de juros, passarão a ser aplicáveis apenas a partir do trânsito em julgado da decisão judicial;
- **DATA DO PAGAMENTO:** na hipótese de qualquer pagamento ou obrigação definidos no Plano de Recuperação Judicial estar previsto para ser realizado ou satisfeita em um dia que não seja considerado um dia útil, o referido pagamento ou obrigação deverá ser realizado ou satisfeita, conforme o caso, no dia útil seguinte;
- **QUITAÇÃO:** o integral pagamento realizado na forma estabelecida neste Plano de Recuperação Judicial acarretará a quitação plena, irrevogável e irretratável, de todos os créditos de qualquer tipo e natureza contra o GRUPO LIRA, inclusive juros, correção monetária, penalidades, multas e indenizações.
- **DISPOSIÇÕES DO PLANO:** na hipótese de qualquer termo, cláusula ou disposição deste Plano de Recuperação Judicial ser considerado inválido, nulo ou ineficaz pelo Juízo da Recuperação, todos os demais termos, cláusulas e disposições permanecerão válidos,

eficazes e exigíveis, desde que não alterem a estrutura de pagamento dos créditos previstas, nem inviabilizem a capacidade de recuperação das Recuperandas;

- ADITAMENTOS, ALTERAÇÕES OU MODIFICAÇÕES: aditamentos, alterações ou modificações ao Plano de Recuperação Judicial podem ser propostas a qualquer tempo após a data de homologação, desde que tais aditamentos, alterações ou modificações sejam aceitas pelo GRUPO LIRA e aprovadas pela Assembleia Geral de Credores, nos termos da Lei de Falências e recuperação de Empresas. Aditamentos posteriores ao Plano de Recuperação Judicial, desde que aprovados nos termos da Lei de Falências e recuperação de Empresas - LFRE, obrigam todos os credores a ele sujeitos, independentemente da expressa concordância destes. Para fins de cômputo, os créditos deverão ser atualizados na forma do Plano de Recuperação Judicial e descontados dos valores já pagos a qualquer título em favor dos credores;
- DESCUMPRIMENTO DO PLANO: para fins deste Plano de Recuperação Judicial, estará efetivamente caracterizado seu descumprimento caso de o GRUPO LIRA, após o recebimento de notificação enviada por parte prejudicada em decorrência de descumprimento de alguma obrigação Plano de Recuperação Judicial, não sanear referido descumprimento no prazo de até 60 (sessenta) dias contado do recebimento da notificação;
- ANEXOS: todos os anexos a este Plano de Recuperação Judicial são a ele incorporados e constituem parte integrante do mesmo;

- LEI APLICÁVEL: os direitos, deveres e obrigações decorrentes deste Plano Recuperação Judicial deverão ser regidos, interpretados e executados de acordo com as leis vigentes na República Federativa do Brasil;
- ELEIÇÃO DE FORO: todas as controvérsias ou disputas que surgirem ou estiverem relacionadas a este Plano Recuperação Judicial e aos créditos serão resolvidas pelo juízo da Recuperação Judicial, até o encerramento do processo de Recuperação Judicial e pelo tramite no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

8. CONCLUSÃO

Este plano de recuperação judicial foi estruturado com base em projeções realistas e leva em consideração os riscos de mercado, garantindo a viabilidade econômica e financeira das empresas. A implementação das ações propostas proporcionará um caminho sólido para a recuperação sustentável e a quitação das obrigações com os credores.

Mogi das Cruzes, 9 de setembro de 2024.

Assinado digitalmente por CLAUDIA LIRA DA
SILVA:79942997415
15

LIRA ALIMENTOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Assinado digitalmente por CLAUDIA LIRA
DA SILVA:79942997415
7415

LIRA & KAMAROWSKI COMERCIO ATACADISTA E IMPORTADORA DE
ALIMENTOS LTDA.

EVANDO
PEREIRA GOMES
JUNIOR:915271
39387

Assinado de forma
digital por EVANDO
PEREIRA GOMES
JUNIOR:91527139387
Dados: 2024.09.09
12:12:45 -03'00'